

Editora Solução
a solução para o seu concurso!

TJ-PB

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

ANALISTA JUDICIÁRIO
CONTABILIDADE

- Língua Portuguesa
- Raciocínio Lógico
- Contabilidade Geral
- Contabilidade Pública
- Administração Financeira e Orçamentária
- Economia
- Matemática Financeira e Estatística Aplicada
- Controle, Auditoria e Governança

MATERIAL DIGITAL
- Noções de Informática e Proteção de Dados

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL Nº 01/2026

BÔNUS
ÁREA DO CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41 ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO

Editora Solução®

A solução para o seu concurso!

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Questões gabaritadas
- Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Adquira agora o material completo.

www.editorasolucao.com.br

Editora Solução
a solução para o seu concurso!

TJ-PB

Analista Judiciário – Contabilidade

SL-099OT-26
7901183011391

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados 9
2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais 12
3. Domínio da ortografia oficial 18
4. Domínio dos mecanismos de coesão textual 22
5. Emprego de tempos e modos verbais 25
6. Emprego de elementos de referenciação, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual 25
7. Domínio da estrutura morfossintática do período. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto 27
8. Emprego das classes de palavras 30
9. Emprego dos sinais de pontuação 40
10. Concordância verbal e nominal 42
11. Regência verbal e nominal 46
12. Emprego do sinal indicativo de crase 50
13. Colocação dos pronomes átonos 52
14. Reescrita de frases e parágrafos do texto. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade 53
15. Significação das palavras 55
16. Substituição de palavras ou de trechos de texto 57
17. Redação Oficial 58

Raciocínio Lógico

1. Estruturas lógicas: lógica sentencial (ou proposicional); Proposições simples e compostas; Tabelas-verdade; Equivalências 75
2. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões 83
3. Diagramas lógicos; Lógica de primeira ordem 86
4. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais 92

Contabilidade Geral

1. Governança e estrutura das Sociedades: tipos societários, órgãos societários, responsabilidades de sócios e administradores 97
2. Princípios e práticas de contabilidade societária 101
3. Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro 104
4. Elaboração das demonstrações contábeis: Balanço patrimonial; Demonstração do resultado do exercício; Demonstração do resultado abrangente; Demonstração das mutações do patrimônio líquido; Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados; Demonstração do valor adicionado; Demonstração dos fluxos de caixa pelos métodos direto e indireto; Notas explicativas 138
5. Ativos: Caixa e equivalentes de caixa; Contas a receber; Estoques e critérios de avaliação; Despesas antecipadas; Ativo realizável a longo prazo e ajuste a valor presente; Ativo imobilizado; Depreciação, amortização e exaustão 141
6. Passivos: Passivo exigível: Fornecedores e obrigações fiscais; Empréstimos, financiamentos e debêntures; Provisões e contingências 150

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

7. Patrimônio líquido: Capital social; Reservas de capita; Ajustes de avaliação patrimonial; Reservas de lucros; Ações em tesouraria; Prejuízos acumulados; Dividendos; Juros sobre capital próprio 152
8. Transações entre partes relacionadas 155
9. Consolidação das demonstrações contábeis 159
10. Correção integral das demonstrações contábeis 161
11. Análise das demonstrações contábeis: Indicadores de endividamento; Indicadores de estrutura de capital; Análise vertical e horizontal 164
12. Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações 173
13. CPC 00 (R2) (Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro) 228
14. CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) 228
15. CPC 46 (Mensuração do Valor Justo) 228

Contabilidade Pública

1. Conceito, objeto e campo de aplicação da contabilidade pública 233
2. Sistema de Contabilidade Federal (Lei nº 10.180/2001) 237
3. Regime contábil 242
4. Patrimônio público. Ativo. Passivo. Saldo patrimonial 245
5. Variações patrimoniais. Variações qualitativas. Variações quantitativas. Receita e despesa sob o enfoque patrimonial. Resultado patrimonial 252
6. Mensuração de ativos. Ativo imobilizado. Ativo intangível. Reavaliação e redução ao valor recuperável. Depreciação, amortização e exaustão 253
7. Mensuração de passivos. Provisões. Passivos contingentes 254
8. Sistema de custos no setor público. Aspectos legais. Terminologia de custos. Características da informação de custos 254
9. Plano de contas aplicado ao setor público. Natureza da informação contábil. Código da conta contábil. Atributos da informação contábil. 258
10. Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. Balanço orçamentário. Balanço financeiro. Balanço patrimonial. Demonstração das variações patrimoniais. Demonstração dos fluxos de caixa. Demonstração das mutações do patrimônio líquido. Notas explicativas. Consolidação das demonstrações. 262
11. Normas aplicáveis. NBC TSP Estrutura Conceitual 265
12. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 269
13. Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) 272
14. Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) 276
15. Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil. Sistema Integrado de Administração Financeira e Controle (SIAFIC). Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (Sadipem). Sistema Nacional de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (SisPreq). 293

Administração Financeira e Orçamentária

1. Orçamento público; Conceito; Princípios orçamentários; Técnicas orçamentárias; Ciclo orçamentário; Processo orçamentário 301
2. Instrumentos de planejamento; Plano plurianual; Lei de diretrizes orçamentárias; Lei orçamentária anual; Orçamento na Constituição Federal de 1988; Fiscalização contábil, financeira e orçamentária 305
3. Classificações orçamentárias; Estrutura programática; Créditos orçamentários e adicionais 309

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

4. Execução orçamentária e financeira; Programação financeira; Descentralização orçamentária e financeira; Alterações orçamentárias; Acompanhamento da execução 313
5. Receita pública; Conceito e classificações; Estágios da receita; Fontes de receita; Dívida ativa 316
6. Despesa pública; Conceito e classificações; Estágios da despesa; Restos a pagar; Despesas de exercícios anteriores; Dívida flutuante e fundada; Suprimento de fundos 321
7. Responsabilidade fiscal: princípios, planejamento, controle e transparência na gestão fiscal 325
8. Lei nº 4.320/1964 (Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal) 329
9. Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) 339

Economia

1. Microeconomia: oferta e demanda; Elasticidade; Estruturas de mercado 361
2. Macroeconomia: produto interno bruto; Inflação; Desemprego; Política fiscal; Política monetária 365
3. Economia do setor público: papel do estado na economia; Equilíbrio fiscal; Dívida pública 369
4. QUESTÕES 375
5. GABARITO 379

Matemática Financeira e Estatística Aplicada

1. Matemática financeira: juros simples; Juros compostos; Descontos; Valor presente e valor futuro; Séries de pagamentos 381
2. Estatística aplicada; Estatística descritiva; Média, mediana e moda; Variância e desvio padrão; Interpretação de dados . 397

Controle, Auditoria e Governança

1. Controle interno; Princípios; Estrutura de controle interno; Modelo coso; Avaliação de controles internos 413
2. Auditoria governamental; Auditoria de conformidade; Auditoria operacional; Planejamento de auditoria; Riscos de auditoria; Testes de auditoria; Amostragem; Evidências de auditoria; Papéis de trabalho; Execução da auditoria; Relatórios de auditoria 417
3. Instrumentos de fiscalização; Auditoria; Inspeção; Monitoramento; Acompanhamento 421
4. Governança pública 424
5. Gestão de riscos no setor público 428
6. Normas internacionais de auditoria interna (niai): normas globais de auditoria interna do iia (institute of internal auditors) 430
7. Lei nº 4.320/1964 (normas gerais de contabilidade e execução orçamentária), lei complementar nº 101/2000 (responsabilidade fiscal, controles e transparência) 430

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Material Digital
Noções de Informática e Proteção de Dados

1. Fundamentos de informática: conceitos básicos de hardware e software 3
2. Sistemas operacionais e aplicativos 8
3. Redes de computadores e internet 25
4. Segurança da informação: princípios, ameaças e boas práticas 34
5. Proteção de dados pessoais: conceitos fundamentais e princípios; direitos do titular e bases legais de tratamento; agentes de tratamento e responsabilidades; segurança e boas práticas no tratamento de dados 47
6. Proteção de dados no âmbito do poder judiciário: políticas institucionais de privacidade e proteção de dados; tratamento de dados pessoais em atividades judiciais e administrativas; medidas de segurança, governança e conformidade 52
7. Lei nº 13.709/2018 (Lei geral de proteção de dados pessoais - lgpd) 55

Atenção

▪ Para estudar o Material Digital acesse sua "Área do Aluno" em nosso site ou faça o resgate do material seguindo os passos da página 2.
https://www.editorasolucao.com.br/customer/account/login/

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita , ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema , os fatos e os argumentos centrais.

A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais , que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário :** O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe:** A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência:** são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textosnão-verbais , que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores:** As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.
- **Formas e símbolos:** Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.
- **Gestos e expressões:** Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio:** Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

▪ **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

▪ **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

▸ **Compreensão como Base para a Interpretação**

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

A compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

Textos Verbais e Não-Verbais

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais:verbais e não-verbais . Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

▸ **Textos Verbais**

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

▪ **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.

▪ **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.

▪ **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

▪ **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.

▪ **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.

▪ **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

▸ **Textos Não-Verbais**

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

▪ **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.

▪ **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.

▪ **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

▪ **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.

▪ **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.

▪ **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

▸ **Relação entre Textos Verbais e Não-Verbais**

Embora sejam diferentes em sua forma, textos verbais e não-verbais frequentemente se complementam. Um exemplo comum são as propagandas publicitárias , que utilizam tanto textos escritos quanto imagens para reforçar a mensagem. Nos livros ilustrados , as imagens acompanham o texto verbal, ajudando a criar um sentido mais completo da história ou da informação.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

RACIOCÍNIO LÓGICO

ESTRUTURAS LÓGICAS: LÓGICA SENTENCIAL (OU PROPOSICIONAL); PROPOSIÇÕES SIMPLES E COMPOSTAS; TABELAS-VERDADE; EQUIVALÊNCIAS

A lógica proposicional é baseada justamente nas *proposições* e suas relações. Podemos ter dois tipos de proposições, simples ou composta.

Em geral, uma proposição simples não utiliza conectivos (*e*; *ou*; *se*; *se, e somente se*). Enquanto a proposição composta é formada por duas ou mais proposições simples ligadas por esses conectivos.

Mas às vezes uma proposição composta é de difícil análise. "Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real". Se Carlos não for professor e a moeda do Brasil for o real, a proposição composta é verdadeira ou falsa? Temos uma proposição verdadeira e falsa? Como podemos lidar com isso?

A melhor maneira de analisar estas proposições compostas é através de tabelas-verdade.

A *tabela-verdade* é montada com todas as possibilidades que uma proposição pode assumir e suas combinações. Se quiséssemos saber sobre uma proposição e sua negativa, teríamos a seguinte tabela-verdade:

p	~p
V	F
F	V

A tabela-verdade de uma conjunção (p ^ q) é a seguinte:

p	*q*	p ^ q
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

Todas as tabelas-verdade são as seguintes:

p	*q*	*p ^ q*	p v q	p -> q	p ⇔q	p v. q
V	V	V	V	V	V	F
V	F	F	V	F	F	V
F	V	F	V	V	F	V
F	F	F	F	V	V	F

Note que quando tínhamos uma proposição, nossA tabela-verdade resultou em uma tabela com 2 linhas e quando tínhamos duas proposições nossa tabela era composta por 4 linhas.

A fórmula para o número de linhas se dá através de 2^n, onde n é o número de proposições.

Se tivéssemos a seguinte tabela-verdade:

p	*q*	*r*	p v q -> r

Mesmo sem preenchê-la, podemos afirmar que ela terá 2^3 linhas, ou seja, 8 linhas.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Mais um exemplo:

p	*q*	p -> q	~p	~q	~q -> ~p
V	V	V	F	F	V
V	F	F	F	V	F
F	V	V	V	F	V
F	F	V	V	V	V

Note que o resultado de p->q é igual a ~q -> ~p (V-F-F-V). Quando isso acontece, diremos que as proposições compostas são logicamente *equivalentes* (iguais).

Outro exemplo de como A tabela-verdade pode nos ajudar a resolver certas proposições mais complicadas: Quero saber os resultados para a proposição composta *(p^q) -> pvq*. O que vamos fazer primeiro é montar A tabela-verdade para p^q e pvq.

p	q	p^q	p v q
V	V	V	V
V	F	F	V
F	V	F	V
F	F	F	F

Agora que sabemos como nossos elementos se comportam, vamos relacionar com p->q:

p	q	p->q
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

Desta forma, sabemos que a implicação que relaciona V com V resulta em V, e V com F resulta em F, e assim por diante.
Podemos então agora montar nossa tabela completa com todas estas informações:

p	q	p^q	pvp	p->q	(p^q) -> pvq
V	V	V	V	V	V
V	F	F	V	F	V
F	V	F	V	V	V
F	F	F	F	V	V

O processo pode parecer trabalhoso, mas a prática faz com que seja rápida a montagem destas tabelas, chegando rapidamente na análise da questão e com seu resultado prontamente obtido.

- **Classificação quanto ao Valor Lógico Global**

Tautologia e Contradição

Uma proposição composta é chamada tautologia quando seu valor de verdade é verdadeiro para toda combinação possível dos valores de verdade das proposições que a compõem, independentemente do conteúdo específico dessas proposições. Uma proposição composta é chamada contradição quando seu valor de verdade é falso para toda combinação possível, constituindo o caso exatamente oposto ao da tautologia. A proposição p∨¬p constitui exemplo de tautologia, pois é sempre verdadeira, enquanto p∧¬p constitui exemplo de contradição, pois é sempre falsa, qualquer que seja o valor lógico atribuído a p nessa análise.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

CONTABILIDADE GERAL

GOVERNANÇA E ESTRUTURA DAS SOCIEDADES: TIPOS SOsocietários, ÓRGÃOS SOCIETÁRIOS, RESPONSABILIDADES DE SÓCIOS E ADMINISTRADORES

Formas societárias e organização do capital

- **Sociedade como centro de relações jurídicas**

A sociedade organiza a colaboração econômica de pessoas que assumem obrigações recíprocas e destinam recursos ao exercício de atividade. O contrato ou estatuto delimita participação, finalidade, administração e mecanismos de deliberação. A personalidade jurídica, quando constituída nos termos aplicáveis, distingue o patrimônio da organização dos bens particulares dos integrantes. Essa separação permite contratar empregados, adquirir equipamentos, assumir dívidas e manter registros próprios. Não significa, porém, imunidade irrestrita dos participantes: responsabilidade por integralização, atos ilícitos, confusão patrimonial e outras hipóteses legalmente previstas exige análise autônoma. Em uma gráfica criada por dois empreendedores, a máquina adquirida pela sociedade pertence à pessoa jurídica; a retirada informal do equipamento para pagamento de gasto pessoal não se transforma em distribuição regular apenas porque ambos concordaram verbalmente.

Sociedades simples, empresárias e registro

A distinção entre sociedade simples e empresária depende da natureza da atividade e da organização empresarial, observadas as regras próprias de profissões e categorias. Não se deve confundir essa classificação com porte econômico, opção tributária ou existência de finalidade lucrativa. O registro apropriado dá publicidade a informações essenciais e tem consequências para a regularidade da pessoa jurídica. A adoção de firma ou denominação, a indicação de sede, objeto e representação permite que terceiros identifiquem quem pode obrigar a sociedade. Uma clínica formada por profissionais pode ter enquadramento distinto de uma indústria estruturada para produção em escala; o número de funcionários, isoladamente, não resolve a classificação.

- **Modelos de responsabilidade e participação**

A comparação destaca diferenças estruturais, sem substituir a leitura das condições concretas de constituição e funcionamento.

Tipo	Capital e participação	Ponto central de responsabilidade
Limitada	Quotas	Integralização e limites legais da responsabilidade
Anônima	Ações	Obrigação ligada às ações subscritas ou adquiridas
Nome coletivo	Participação contratual	Regime de responsabilidade ilimitada dos sócios

O limite patrimonial não deve ser tratado como autorização para utilizar bens sociais como se fossem pessoais. Na prática, governança e controles internos são relevantes em qualquer modalidade, ainda que o regime de capital seja distinto.

Na sociedade limitada, a responsabilidade dos sócios é, em regra, limitada ao valor de suas quotas, mas todos respondem pela integralização do capital social nos termos da legislação pertinente. Na sociedade anônima, o capital divide-se em ações, e o acionista se vincula, ordinariamente, ao preço de emissão das ações que subscreveu ou adquiriu. Em sociedades com sócios de responsabilidade ilimitada, o desenho dos riscos é diferente. A sociedade em nome coletivo e a comandita apresentam regimes específicos, cuja composição e consequências não podem ser transportadas automaticamente para a limitada.

Escolha da forma e riscos de interpretação

A definição do tipo societário influencia entrada de investidores, transferência de participação, fiscalização, quóruns e circulação do capital. Uma fábrica familiar que deseja manter controle restrito pode valorizar regras contratuais de cessão de quotas; um empreendimento que pretende captar recursos de numerosos investidores pode avaliar a estrutura acionária. A forma escolhida não dispensa contratos bem definidos nem transparência na escrituração. A mesma palavra “sócio” pode ocultar posições jurídicas muito diferentes, e a avaliação responsável verifica capital assumido, direitos políticos, obrigações de aporte e possibilidade de responsabilização por condutas próprias.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Uma questão prática aparece quando o contrato prevê quotas desiguais, mas os participantes trabalham diariamente no negócio em condições semelhantes. A contribuição em serviços não se confunde com a integralização do capital em qualquer modelo societário; a distribuição dos direitos patrimoniais deve resultar das regras válidas para aquele tipo. Se uma pessoa detém participação minoritária e atua como gerente, seus poderes decorrem do cargo e do instrumento de nomeação, não necessariamente da percentagem de capital. Além disso, o regime de responsabilidade depende da espécie societária e da obrigação examinada. A sociedade limitada unipessoal mostra que a organização por quotas não exige sempre pluralidade de sócios, enquanto a sociedade anônima possui disciplina própria para estruturas acionárias. Pequenas diferenças formais podem modificar profundamente quem delibera e quem representa o empreendimento. Ao receber proposta de investimento, portanto, importa especificar se a contraprestação criará quotas, ações, empréstimo ou direito contratual de participação nos resultados.

Em relação à identificação dos titulares, a quota corresponde à posição no capital da limitada, enquanto a ação constitui fração do capital de companhia, com direitos definidos pela espécie e classe pertinentes. Nem toda ação confere exatamente a mesma combinação de direitos políticos e econômicos. Quando um investidor afirma que pretende adquirir “dez por cento da empresa”, é necessário definir se o percentual se refere ao capital total, à participação votante ou a outro parâmetro contratual. A precisão da negociação evita divergência posterior sobre controle, dividendos e poder de aprovar alterações. Também é importante verificar eventuais restrições à cessão e condições de preferência.

Órgãos de decisão e distribuição de competências

- **Deliberações dos participantes**

Os integrantes exercem direitos de voto e informação segundo o tipo societário, o contrato ou estatuto e as normas aplicáveis. Nas limitadas, reuniões ou assembleias podem decidir matérias reservadas aos sócios; nas anônimas, a assembleia geral possui competências próprias. A aprovação de contas e a escolha de administradores constituem exemplos de matérias sensíveis porque afetam a confiança de quem aporta recursos. Convocações, documentos prévios e atas organizam a formação da vontade coletiva. Quando uma rede de restaurantes pretende alterar seu objeto social, não basta a intenção do gerente operacional: é necessário observar a competência deliberativa e os requisitos formais da alteração.

Quóruns, representação e conflitos

O quórum corresponde ao patamar de participação exigido para uma decisão, e não ao número de pessoas presentes em qualquer situação. A contagem pode variar conforme a matéria e o modelo jurídico. Participantes com interesses conflitantes podem sofrer restrições ao exercício do voto em circunstâncias específicas. A ausência de documentação da deliberação dificulta demonstrar se houve convocação regular, acesso às informações e observância da competência. Divergências entre maioria e minoria devem ser tratadas pelos mecanismos instituídos, sem confundir poder de controle com liberdade para prejudicar injustificadamente a sociedade.

- **Direção executiva e fiscalização**

As estruturas de governança são comparáveis pela função desempenhada, mas a presença de cada órgão depende do enquadramento societário.

Instância	Função predominante	Limite da atuação
Assembleia ou reunião	Formação de deliberações reservadas aos participantes	Competências e quóruns aplicáveis
Administração	Representação e execução dos negócios	Poderes e deveres de gestão
Conselho fiscal	Fiscalização de atos e informações	Não administra operações

Uma mesma transação pode percorrer as três instâncias sem que isso represente duplicidade de comando: autorização societária, execução administrativa e fiscalização são atividades complementares.

A administração pratica atos cotidianos e executa as decisões estratégicas, respeitando poderes de representação. Na companhia, a diretoria exerce funções executivas e o conselho de administração, quando existente, participa da orientação e supervisão da gestão. O conselho fiscal possui atribuições de fiscalização nos termos aplicáveis e não substitui a atuação dos gestores. Nas limitadas, os arranjos podem ser mais concentrados, mas convém distinguir decidir, executar e fiscalizar. Uma companhia de logística pode aprovar expansão por deliberação competente, delegar a contratação de veículos à diretoria e submeter informações contábeis à fiscalização institucional.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

CONTABILIDADE PÚBLICA

CONCEITO, OBJETO E CAMPO DE APLICAÇÃO DA CONTABILIDADE PÚBLICA

A Contabilidade Pública, também conhecida como Contabilidade Aplicada ao Setor Público, desempenha um papel fundamental na gestão dos recursos públicos, garantindo o controle, o registro e a transparência das finanças de governos e entidades públicas. A partir da análise contábil, gestores podem tomar decisões mais eficientes, assegurando que os recursos sejam aplicados de forma eficaz e em conformidade com as leis e diretrizes estabelecidas.

Diferentemente da contabilidade no setor privado, cujo foco é o lucro e o patrimônio dos proprietários, a Contabilidade Pública está voltada para o bem-estar coletivo, uma vez que seus recursos pertencem à sociedade. Nesse sentido, ela assume uma responsabilidade ainda maior, pois deve assegurar que o patrimônio público seja gerido com integridade, responsabilidade fiscal e alinhamento aos princípios constitucionais, como legalidade, impessoalidade e transparência.

A importância da Contabilidade Pública aumentou consideravelmente nas últimas décadas, impulsionada pela crescente demanda por transparência e accountability (prestação de contas) nos governos, além do fortalecimento de mecanismos de controle social.

A adoção de padrões internacionais de contabilidade no setor público, como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e a convergência com as International Public Sector Accounting Standards (IPSAS), têm exigido uma evolução constante das práticas contábeis, visando maior uniformidade e clareza nas informações financeiras.

A relevância dessa área torna-se ainda mais evidente quando consideramos as dimensões dos orçamentos governamentais. Em países como o Brasil, onde a arrecadação pública e a aplicação de recursos impactam diretamente o desenvolvimento econômico e social, a Contabilidade Pública se configura como uma ferramenta essencial para a boa governança, a tomada de decisões estratégicas e o controle social.

▸ Conceituação de Contabilidade Pública

A Contabilidade Pública pode ser definida como o ramo da contabilidade voltado para o controle, registro e análise das finanças de entidades e órgãos pertencentes ao setor público, sejam eles federais, estaduais ou municipais.

Sua principal função é garantir que os recursos públicos sejam administrados de maneira transparente, eficiente e em conformidade com as normas legais, sempre em prol do interesse público.

▸ Definição e Função

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a Contabilidade Pública é responsável pelo registro, controle e demonstração dos fatos e atos da administração pública que afetam o patrimônio público, sempre obedecendo às normas e princípios estabelecidos. O objetivo é fornecer informações úteis para a tomada de decisões dos gestores públicos e demais interessados, como a sociedade e os órgãos de controle.

Essa área contábil não visa apenas o controle financeiro, mas também a prestação de contas à sociedade, assegurando que os recursos sejam utilizados dentro da legalidade e da economicidade. Além disso, a Contabilidade Pública é uma ferramenta estratégica para avaliar o desempenho e a responsabilidade dos gestores públicos em relação à gestão dos recursos públicos.

▸ Diferenças entre Contabilidade Pública e Contabilidade Privada

Uma das principais diferenças entre a Contabilidade Pública e a Contabilidade Privada está nos seus objetivos e na forma como o patrimônio é tratado. Enquanto a Contabilidade Privada tem como foco principal maximizar os lucros e o retorno sobre o investimento para seus acionistas ou proprietários, a Contabilidade Pública visa garantir o uso correto dos recursos que pertencem à sociedade, visando o bem-estar social e o desenvolvimento sustentável.

Outra distinção importante está na natureza das entidades que utilizam esses sistemas. Na Contabilidade Privada, lidamos com empresas e organizações com fins lucrativos ou não lucrativos, enquanto na Contabilidade Pública o foco são os entes governamentais, como ministérios, prefeituras e autarquias. Essas entidades têm obrigações legais mais rígidas, como a prestação de contas aos órgãos de controle (Tribunais de Contas, por exemplo) e à sociedade.

▸ Fundamentos Legais e Normativos

A Contabilidade Pública no Brasil é regida por um conjunto de normas e princípios estabelecidos por órgãos competentes, como o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Tribunal de Contas da União (TCU). Entre os principais normativos que estruturam a Contabilidade Pública, podemos destacar:

- ***Lei nº 4.320/1964:*** Essa lei estabelece normas gerais de direito financeiro, incluindo as regras para a elaboração dos orçamentos e balanços públicos, sendo um dos principais marcos legais para a Contabilidade Pública no Brasil.
- ***Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000):*** Também conhecida como LRF, essa legislação estabelece limites para a gestão fiscal dos entes públicos, impondo regras para o controle de gastos, endividamento e gestão de recursos.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

- ***Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP):*** As NBCASP foram elaboradas para adequar a contabilidade governamental brasileira aos padrões internacionais de contabilidade pública. Elas fornecem diretrizes específicas para a contabilização dos fatos financeiros, patrimoniais e orçamentários do setor público.

Além dessas normas, o Brasil tem adotado as International Public Sector Accounting Standards (IPSAS), que buscam alinhar as práticas contábeis públicas com padrões internacionais, garantindo maior comparabilidade e transparência nas contas públicas entre os países.

Princípios da Contabilidade Pública

A Contabilidade Pública segue os princípios fundamentais da contabilidade, com algumas adaptações para o contexto do setor público. Entre os mais relevantes, destacam-se:

- ***Princípio da Entidade:*** O patrimônio público deve ser considerado separadamente dos patrimônios privados ou pessoais dos gestores, garantindo uma distinção clara entre os bens e direitos públicos e os de outras esferas.
- ***Princípio da Continuidade:*** O Estado, como entidade pública, tem caráter permanente, independentemente das mudanças nos governantes. Portanto, a contabilidade pública deve registrar a gestão do patrimônio ao longo do tempo, sem interrupções.
- ***Princípio da Competência:*** As receitas e despesas devem ser reconhecidas no momento em que ocorrem, independentemente do efetivo pagamento ou recebimento de valores, permitindo uma visão mais precisa da situação patrimonial dos entes públicos.
- ***Princípio da Legalidade:*** Todas as ações e decisões na gestão dos recursos públicos devem ser pautadas pela estrita observância da legislação vigente, assegurando que não haja desvio de finalidade ou uso indevido dos recursos.

Esses princípios formam a base para a operação e a regulação da Contabilidade Pública, garantindo que ela cumpra sua função de fornecer informações contábeis de forma precisa e transparente.

A Evolução da Contabilidade Pública

A Contabilidade Pública tem passado por uma série de transformações ao longo dos anos, em especial no que diz respeito à sua modernização e adaptação aos novos desafios da gestão pública. Com o avanço da tecnologia e a globalização, o setor público passou a demandar relatórios contábeis mais detalhados e acessíveis, capazes de informar não apenas aos gestores, mas também à sociedade como um todo.

Nesse sentido, a convergência com os padrões internacionais (IPSAS) e a adoção das NBCASP são exemplos claros dessa evolução, promovendo maior transparência e controle social.

Objeto da Contabilidade Pública

O objeto da Contabilidade Pública é o patrimônio público, ou seja, o conjunto de bens, direitos e obrigações que integram o acervo dos entes públicos, como a União, estados, municípios e autarquias.

A função essencial da Contabilidade Pública é o controle desse patrimônio, assegurando o seu registro, a sua administração eficiente e a sua transparência, de modo a garantir que os recursos da sociedade sejam bem aplicados. Essa área contábil também visa fornecer informações confiáveis para a tomada de decisões e para a prestação de contas à sociedade.

O Patrimônio Público: Definição e Composição

O patrimônio público é definido como o conjunto de bens e direitos que pertencem à coletividade, administrado pelos órgãos e entidades públicas. Esse patrimônio é gerido em nome do interesse público e deve ser controlado e preservado com vistas à manutenção de serviços públicos essenciais, além de garantir o desenvolvimento socioeconômico do país.

A composição do patrimônio público abrange os seguintes elementos:

- ***Bens Públicos:*** São todos os bens tangíveis e intangíveis pertencentes ao governo. Isso inclui bens imóveis (como prédios, escolas e hospitais), bens móveis (veículos, máquinas, equipamentos) e bens intangíveis (direitos de propriedade intelectual, marcas, entre outros). A contabilidade pública registra e controla esses bens, assegurando que eles sejam geridos com responsabilidade e eficiência.
- ***Direitos:*** Refere-se aos créditos que o ente público tem a receber. Esses direitos podem ser originários de tributos, contribuições, transferências de outros entes públicos ou receitas decorrentes da exploração de serviços públicos. O controle desses direitos é crucial para garantir o fluxo de caixa adequado e o cumprimento das metas orçamentárias.
- ***Obrigações:*** São os compromissos financeiros que o ente público assume, como dívidas com fornecedores, salários a pagar e financiamentos. A correta contabilização das obrigações garante que o ente público mantenha sua saúde financeira e cumpra com seus compromissos dentro dos limites legais e orçamentários.

A contabilidade pública, por meio do registro e controle desses elementos patrimoniais, busca fornecer uma visão clara e transparente do estado dos recursos públicos. Isso não só contribui para uma gestão mais eficiente, mas também para o controle social sobre a administração pública.

Gestão e Controle Patrimonial

O principal objetivo da Contabilidade Pública é a gestão eficiente do patrimônio público. Para isso, ela realiza o controle dos bens, direitos e obrigações que compõem esse patrimônio. Esse controle envolve a correta classificação e registro dos itens patrimoniais, além da avaliação periódica de seu estado de conservação, uso e necessidade de renovação ou alienação.

Algumas práticas essenciais para essa gestão incluem:

- ***Inventário Patrimonial:*** A contabilidade pública deve manter atualizado o inventário dos bens públicos, assegurando que todos os itens estejam devidamente registrados, classificados e avaliados. Isso facilita o controle físico dos bens e a sua adequada utilização.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO PÚBLICO; CONCEITO; PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS; TÉCNICAS ORÇAMENTÁRIAS; CICLO ORÇAMENTÁRIO; PROCESSO ORÇAMENTÁRIO

Natureza e funções do orçamento público

- **Conceito e natureza jurídica**

O orçamento como lei periódica de autorização

O orçamento público é o instrumento pelo qual o Estado estima as receitas que pretende arrecadar em determinado período e autoriza as despesas que poderá realizar, vinculando essas autorizações a uma programação de trabalho. Em sentido amplo, reúne três dimensões inseparáveis: a dimensão política, porque expressa escolhas coletivas sobre quem financia e quem se beneficia da ação estatal; a dimensão jurídica, porque se materializa em lei de iniciativa do Poder Executivo e aprovada pelo Poder Legislativo; e a dimensão técnica, porque exige métodos de classificação, estimativa e controle capazes de tornar as escolhas executáveis e verificáveis.

A tradição jurídica brasileira qualifica a lei orçamentária como lei formal de efeitos concretos: segue o rito legislativo e tem força de lei, mas não cria direitos subjetivos nem inova normas gerais de conduta. Seu caráter é predominantemente autorizativo, pois a dotação fixa um teto de gasto, e não uma obrigação de gastar. Esse caráter vem sendo mitigado por regras de execução obrigatória para determinadas emendas parlamentares e para despesas constitucionalmente vinculadas, o que reduz a margem de discricionariedade do administrador sem eliminar a natureza de autorização.

Abrangência: os três orçamentos da Constituição

A Constituição Federal de 1988 determina que a lei orçamentária anual compreenda três orçamentos distintos, apresentados em peça única. O orçamento fiscal refere-se aos Poderes, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público. O orçamento da seguridade social abrange as entidades e órgãos a ela vinculados, na área de saúde, previdência e assistência social. O orçamento de investimento das empresas contempla as estatais em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto. A separação preserva a identidade das fontes específicas da seguridade, como as contribuições sociais, e impede que sejam diluídas no caixa geral.

- **Funções do orçamento**

Funções econômicas clássicas

A teoria das finanças públicas atribui ao orçamento três funções econômicas. A função alocativa corrige falhas de mercado ao ofertar bens e serviços que o setor privado não fornece em quantidade adequada, como segurança pública, iluminação de vias e vigilância sanitária. A função distributiva ajusta a distribuição de renda e riqueza por meio de tributos progressivos, transferências e políticas sociais. A função estabilizadora utiliza o gasto e a tributação para atenuar oscilações do ciclo econômico, ampliando investimentos em períodos de retração e contendo despesas em períodos de aquecimento excessivo.

A tabela apresentada abaixo relaciona cada função com seu objetivo e com instrumentos típicos de política orçamentária, de modo a distinguir finalidades que na prática se sobrepõem em uma mesma ação governamental.

Função	Objetivo central	Instrumentos típicos	Exemplo de aplicação
Alocativa	Fornecer bens e serviços de natureza coletiva	Despesas de custeio e investimento em áreas finalísticas	Construção e manutenção de unidades básicas de saúde
Distributiva	Reduzir desigualdades de renda e de acesso	Transferências de renda, tributação progressiva, subsídios	Benefícios assistenciais a famílias de baixa renda
Estabilizadora	Atenuar oscilações da atividade econômica	Variação do gasto e da carga tributária ao longo do ciclo	Ampliação de obras públicas em período de desaceleração

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

A leitura da tabela mostra que as funções não se excluem. Um mesmo programa de habitação popular, por exemplo, aloca recursos a um bem que o mercado ofertaria de forma insuficiente, redistribui acesso à moradia entre faixas de renda e, ao empregar mão de obra na construção civil, produz efeito estabilizador sobre o emprego. A classificação serve, portanto, como ferramenta de análise do efeito predominante de cada ação, não como divisão estanque da despesa.

Funções de gestão

Além das funções econômicas, o orçamento cumpre funções de gestão. Como instrumento de planejamento, traduz metas de médio prazo em ações anuais com dotação própria. Como instrumento de controle, fixa limites que condicionam a atuação do administrador e oferecem parâmetro de comparação entre o previsto e o realizado. Como instrumento gerencial, permite acompanhar custos, produtos e resultados. Como instrumento de transparência, torna públicas as prioridades de governo e permite que cidadãos e órgãos de controle verifiquem a coerência entre o discurso político e a alocação efetiva de recursos.

Princípios orçamentários

- **Princípios de estrutura e abrangência**

Unidade, universalidade e orçamento bruto

O princípio da unidade determina que cada ente tenha uma só política orçamentária, orientada por um único conjunto coordenado de normas. A existência de três orçamentos na lei anual não o contraria, porque eles compõem um documento integrado, submetido a uma mesma lógica de classificação e de apreciação legislativa. O princípio da universalidade exige que a lei compreenda todas as receitas e todas as despesas dos órgãos e entidades abrangidos, de modo que nenhuma operação de natureza orçamentária fique fora do controle legislativo.

Complementa esse conjunto o princípio do orçamento bruto, segundo o qual receitas e despesas constam da lei pelos seus totais, vedadas deduções. Se um município arrecada taxa de serviço no valor de 400 mil reais e gasta 150 mil reais com a atividade arrecadatória, deve registrar a receita integral de 400 mil e a despesa de 150 mil, e não apenas o saldo líquido de 250 mil. A regra impede que a administração oculte do Legislativo o volume real de recursos movimentados e preserva a comparabilidade entre exercícios.

Exclusividade e anualidade

O princípio da exclusividade veda que a lei orçamentária contenha dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. As exceções constitucionais são a autorização para abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita. A finalidade é impedir a prática conhecida como inclusão de matérias alheias ao orçamento, que obrigaria o Executivo a aceitar, em bloco, normas sem relação com a lei financeira para preservar a execução orçamentária.

O princípio da anualidade, ou periodicidade, estabelece que o orçamento é elaborado e autorizado para um período determinado, que no Brasil coincide com o ano civil. A anualidade comporta relativizações: os créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício podem ser reabertos nos limites de seus saldos e incorporados ao orçamento seguinte, e os investimentos cuja execução ultrapasse um exercício dependem de prévia inclusão no plano plurianual.

- **Princípios de conteúdo, transparência e disciplina**

Especificação, não afetação e legalidade

O princípio da especificação, ou discriminação, proíbe dotações globais que atendam indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços ou transferências, exigindo que a autorização indique com precisão a finalidade do gasto. O princípio da não afetação veda a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, resguardando a flexibilidade alocativa. As exceções constitucionais são as repartições de receitas entre entes, a manutenção e o desenvolvimento do ensino, as ações e serviços públicos de saúde, as atividades de administração tributária e a prestação de garantias em determinadas operações. O princípio da legalidade orçamentária condiciona toda despesa à prévia autorização em lei e proíbe a abertura de créditos ilimitados.

Publicidade, clareza, equilíbrio e programação

Os princípios da publicidade e da clareza exigem que o orçamento seja divulgado e redigido de modo compreensível, com linguagem e classificação acessíveis. O princípio do equilíbrio orienta que a despesa fixada não ultrapasse a receita estimada, hoje reforçado pela exigência de metas fiscais e de limitação de empenho quando a arrecadação não comportar o cumprimento dessas metas. O princípio da programação determina que as despesas sejam organizadas em programas com objetivos, metas e produtos definidos, de modo que o orçamento expresse resultados esperados e não apenas insumos adquiridos.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

ECONOMIA

MICROECONOMIA: OFERTA E DEMANDA; ELASTICIDADE; ESTRUTURAS DE MERCADO

Oferta, demanda, equilíbrio e elasticidades

- **Formação da demanda e deslocamentos**

A demanda descreve as quantidades de um bem ou serviço que os consumidores desejam e podem adquirir a diferentes preços, mantidas constantes as demais condições relevantes. A relação usual entre preço e quantidade demandada é inversa: preços mais altos tendem a reduzir a quantidade procurada, enquanto preços mais baixos tendem a ampliá-la. Essa relação não significa que o preço seja o único determinante. Renda, preferências, expectativas, número de consumidores e preços de bens relacionados também afetam a demanda. Uma mudança no próprio preço provoca movimento ao longo da curva; uma alteração em outro determinante desloca a curva. A distinção é essencial porque permite separar reação ao preço corrente de mudanças nas condições que sustentam o comportamento de compra.

Bens substitutos, complementares e efeito da renda

Bens substitutos atendem finalidades semelhantes, de modo que a elevação do preço de um pode aumentar a procura pelo outro. Bens complementares são consumidos em conjunto ou apresentam uso associado, e o encarecimento de um pode reduzir a demanda pelo parceiro. A renda também altera padrões de consumo, mas a direção não é idêntica para todos os bens. Para muitos produtos, renda maior aumenta a quantidade demandada; em casos específicos, pode reduzir a procura de alternativas consideradas inferiores quando o consumidor passa a acessar opções diferentes. Imagine um serviço de transporte urbano em que passageiros escolhem entre ônibus, metrô e transporte por aplicativo. Alterações de tarifa, renda, tempo de viagem e qualidade relativa podem modificar tanto movimentos ao longo de uma curva quanto deslocamentos da própria demanda.

- **Oferta, equilíbrio e ajustamento de mercado**

A oferta representa as quantidades que produtores desejam vender a diferentes preços, considerando tecnologia, custos dos insumos, expectativas, número de firmas e outras condições. Em muitos mercados, preços mais altos tornam rentável produzir unidades adicionais, gerando relação positiva entre preço e quantidade ofertada. Mudanças no preço do próprio bem deslocam a decisão ao longo da curva; variações em custos, produtividade ou tecnologia alteram a posição da oferta. O equilíbrio ocorre no ponto em que a quantidade demandada coincide com a quantidade ofertada. Acima do preço de equilíbrio, tende a surgir excesso de oferta; abaixo dele, excesso de demanda. Esses desequilíbrios criam incentivos para revisão de preços e quantidades, embora o ajuste real possa ser lento quando existem contratos, estoques, capacidade rígida ou informação imperfeita.

Elasticidade como medida de sensibilidade

Elasticidade mede a resposta proporcional de uma variável econômica a uma mudança proporcional em outra. Na elasticidade-preço da demanda, o interesse recai sobre quanto a quantidade demandada varia diante de uma variação de preço. O sinal bruto costuma ser negativo por causa da relação inversa entre preço e quantidade demandada, mas a classificação de intensidade é frequentemente apresentada pelo valor absoluto. Para variações percentuais definidas de modo consistente, a expressão conceitual é:

$$\left|E_d\right| = \left|\frac{\%\Delta Q_d}{\%\Delta P}\right|$$

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

A classificação ajuda a interpretar a reação da quantidade e sua relação com receita total:

Valor absoluto da elasticidade-preço da demanda	Classificação	Resposta proporcional da quantidade
Menor que 1	Inelástica	Quantidade varia proporcionalmente menos que o preço
Igual a 1	Unitária	Quantidade e preço variam na mesma proporção
Maior que 1	Elástica	Quantidade varia proporcionalmente mais que o preço

A elasticidade depende do horizonte de tempo, da disponibilidade de substitutos, da importância do gasto no orçamento e da amplitude com que o mercado é definido. Um produto muito específico tende a ter mais substitutos próximos que uma categoria ampla. A elasticidade-preço da oferta segue lógica semelhante de sensibilidade, mas aplicada à quantidade ofertada. Elasticidades-renda e cruzada permitem examinar, respectivamente, respostas à renda e ao preço de outro bem, ampliando a análise para relações entre mercados.

Produção, produtividade marginal e custos

- **Tecnologia de produção e horizontes de decisão**

A teoria da produção estuda como uma firma transforma insumos em produtos mediante determinada tecnologia. No curto prazo, pelo menos um fator é tratado como fixo, o que cria limites imediatos para expansão. No longo prazo, todos os fatores relevantes podem ser ajustados, permitindo mudanças de escala, instalação e método produtivo. A distinção não depende de um número universal de meses ou anos; depende do tempo necessário para alterar os fatores na atividade analisada. Uma fábrica de móveis pode contratar horas adicionais de trabalho rapidamente, mas expandir o galpão, adquirir máquinas especiais e reorganizar a linha de montagem exige prazo maior. A função de produção descreve as combinações tecnicamente possíveis de insumos e produto, enquanto a decisão econômica considera também preços dos fatores e receita esperada.

Produto total, médio e marginal

Produto total é a quantidade produzida com determinada combinação de fatores. Produto médio relaciona produção a uma unidade do insumo analisado, enquanto produto marginal observa a variação do produto decorrente de uma unidade adicional do fator variável, mantidas as demais condições. Quando um fator fixo se torna gargalo, acréscimos sucessivos do fator variável podem gerar ganhos marginais cada vez menores. Em uma linha de acabamento de móveis com número fixo de cabines de pintura, aumentar a equipe inicialmente pode reduzir ociosidade, mas chega um ponto em que trabalhadores adicionais disputam o mesmo espaço e equipamento. Esse comportamento fundamenta a lei dos rendimentos marginais decrescentes no curto prazo e ajuda a explicar por que custos marginais podem aumentar quando a produção se aproxima de limites de capacidade.

- **Custos fixos, variáveis, médios e marginais**

Custos fixos não variam com o nível de produção dentro do horizonte considerado, enquanto custos variáveis mudam quando a quantidade produzida se altera. Aluguel contratual de uma instalação pode funcionar como custo fixo no curto prazo; matérias-primas e parte do consumo de energia tendem a variar com a produção. O custo total resulta da soma CT=CF+CV. A classificação é temporal: um gasto que é fixo no curto prazo pode tornar-se ajustável no longo prazo. A firma também distingue custo contábil de custo econômico, pois este incorpora o custo de oportunidade de recursos próprios. Se um imóvel pertencente ao empresário poderia ser alugado a terceiros, utilizá-lo internamente possui custo de oportunidade mesmo sem pagamento mensal explícito.

Medidas por unidade e decisão incremental

Custos médios dividem o custo total pela quantidade produzida e ajudam a avaliar o custo por unidade. O custo marginal mede quanto o custo total varia quando a produção aumenta, sendo central para decisões incrementais. As duas medidas podem ser registradas de forma canônica:

$$\mathrm{CMe} = \frac{\mathrm{CT}}{Q} \text{ e } \mathrm{CMg} = \frac{\Delta\,\mathrm{CT}}{\Delta Q}$$

Quando o custo marginal está abaixo do custo médio, a unidade adicional tende a puxar a média para baixo; quando fica acima, tende a elevá-la. Essa relação explica a forma típica de curvas de custo em muitos modelos. A firma compara receitas e custos marginais para determinar se ampliar ou reduzir a produção melhora seu resultado, mas a aplicação depende da estrutura de mercado e das restrições enfrentadas.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

MATEMÁTICA FINANCEIRA E ESTATÍSTICA APLICADA

MATEMÁTICA FINANCEIRA: JUROS SIMPLES; JUROS COMPOSTOS; DESCONTOS; VALOR PRESENTE E VALOR FUTURO; SÉRIES DE PAGAMENTOS

Matemática Financeira

A **Matemática Financeira** possui diversas aplicações no atual sistema econômico. Algumas situações estão presentes no cotidiano das pessoas, como financiamentos de casa e carros, realização de empréstimos, compras a crediário ou com cartão de crédito, aplicações financeiras, investimentos em bolsas de valores, entre outras situações. Todas as movimentações financeiras são baseadas na estipulação prévia de taxas de juros. Ao realizarmos um empréstimo, a forma de pagamento é feita através de prestações mensais acrescidas de juros, isto é, o valor de quitação do empréstimo é superior ao valor inicial do empréstimo. A essa diferença damos o nome de juros.

- **Capital**

O Capital é o valor aplicado através de alguma operação financeira. Também conhecido como: Principal, Valor Atual, Valor Presente ou Valor Aplicado. Em inglês usa-se Present Value (indicado pela tecla PV nas calculadoras financeiras).

Taxa de juros e Tempo:

A taxa de juros indica qual remuneração será paga ao dinheiro emprestado, para um determinado período. Ela vem normalmente expressa da forma percentual, em seguida da especificação do período de tempo a que se refere:

8% a.a. - (a.a. significa ao ano).
10% a.t. - (a.t. significa ao trimestre).

Outra forma de apresentação da taxa de juros é a unitária, que é igual a taxa percentual dividida por 100, sem o símbolo %:

0,15 a.m. - (a.m. significa ao mês).
0,10 a.q. - (a.q. significa ao quadrimestre)

Montante:

Também conhecido como **valor acumulado** é a soma do *Capital Inicial* com o *juro* produzido em determinado *tempo*.

Essa fórmula também será amplamente utilizada para resolver questões.

M = C + J
M = montante
C = capital inicial
J = juros
M=C+C.i.n
M=C(1+i.n)

Juros Simples:

Chama-se juros simples a compensação em dinheiro pelo empréstimo de um capital financeiro, a uma taxa combinada, por um prazo determinado, produzida exclusivamente pelo capital inicial.

Em Juros Simples a remuneração pelo capital inicial aplicado é diretamente proporcional ao seu valor e ao tempo de aplicação.

A expressão matemática utilizada para o cálculo das situações envolvendo juros simples é a seguinte:

J = C i n, onde:
J = juros
C = capital inicial
i = taxa de juros
n = tempo de aplicação (mês, bimestre, trimestre, semestre, ano...)

Observação importante: a taxa de juros e o tempo de aplicação devem ser referentes a um mesmo período. Ou seja, os dois devem estar em meses, bimestres, trimestres, semestres, anos... O que não pode ocorrer é um estar em meses e outro em anos, ou qualquer outra combinação de períodos.

Dica: Essa fórmula J = C i n, lembra as letras das palavras "JUROS SIMPLES" e facilita a sua memorização.

Outro ponto importante é saber que essa fórmula pode ser trabalhada de várias maneiras para se obter cada um de seus valores, ou seja, se você souber três valores, poderá conseguir o quarto, ou seja, como exemplo se você souber os juros (J), o Capital Inicial (C) e a Taxa (i), poderá obter o Tempo de aplicação (n). E isso vale para qualquer combinação.

Exemplo:

Maria quer comprar uma bolsa que custa R$ 85,00 à vista. Como não tinha essa quantia no momento e não queria perder a oportunidade, aceitou a oferta da loja de pagar duas prestações de R$ 45,00, uma no ato da compra e outra um mês depois. A taxa de juros mensal que a loja estava cobrando nessa operação era de:

(A) 5,0%
(B) 5,9%
(C) 7,5%
(D) 10,0%
(E) 12,5%

Resposta: letra E.

O juro incidiu somente sobre a segunda parcela, pois a primeira foi à vista. Sendo assim, o valor devido seria R$40 (85-45) e a parcela a ser paga de R$45.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Aplicando a fórmula M = C + J:
45 = 40 + J
J = 5
Aplicando a outra fórmula J = C i n:
5 = 40 X i X 1
i = 0,125 = 12,5%

Juros Compostos:

o juro de cada intervalo de tempo é calculado a partir do saldo no início do correspondente intervalo. Ou seja: o juro de cada intervalo de tempo é incorporado ao capital inicial e passa a render juros também.

Quando usamos juros simples e juros compostos?

A maioria das operações envolvendo dinheiro utiliza juros compostos. Estão incluídas: compras a médio e longo prazo, compras com cartão de crédito, empréstimos bancários, as aplicações financeiras usuais como Caderneta de Poupança e aplicações em fundos de renda fixa, etc. Raramente encontramos uso para o regime de juros simples: é o caso das operações de curtíssimo prazo, e do processo de desconto simples de duplicatas.

O cálculo do montante é dado por:
$M = C (1 + i)^t$

Exemplo

Calcule o juro composto que será obtido na aplicação de R$25000,00 a 25% ao ano, durante 72 meses
C = 25000
i = 25%aa = 0,25
n = 72 meses = 6 anos

$M = C (1 + i)^t$
$M = 25000 (1 + 0,25)^6$
$M = 25000 (1,25)^6$
M = 95.367,43

M = C + J
J = 95.367,43 - 25.000,00 = 70.367,43

Porcentagem

São chamadas de razões centesimais ou taxas percentuais ou simplesmente de porcentagem, as razões de denominador 100, ou seja, que representam a centésima parte de uma grandeza. Costumam ser indicadas pelo numerador seguido do símbolo **%.** (Lê-se: "por cento").

x/100 = x %

Exemplo:
(CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP – ANALISTA TÉCNICO LEGISLATIVO – DESIGNER GRÁFICO – VUNESP)
O departamento de Contabilidade de uma empresa tem 20 funcionários, sendo que 15% deles são estagiários. O departamento de Recursos Humanos tem 10 funcionários, sendo 20% estagiários. Em relação ao total de funcionários desses dois departamentos, a fração de estagiários é igual a:

(A) 1/5
(B) 1/6
(C) 2/5
(D) 2/9
(E) 3/5

Dep. Contabilidade: $\frac{15}{100} \cdot 20 = \frac{30}{10} = 3 \Rightarrow 3$ (estagiários)

Dep. R.H.: $\frac{20}{100} \cdot 10 = \frac{200}{100} = 2 \Rightarrow 2$ (estagiários)

Total = $\frac{\text{números estagiários}}{\text{números de funcionários}} = \frac{5}{30} = \frac{1}{6}$

Resposta: B

- **Lucro e Prejuízo em porcentagem**

É a diferença entre o preço de venda e o preço de custo. Se a diferença for POSITIVA, temos o **LUCRO (L)**, caso seja NEGATIVA, temos **PREJUÍZO (P).**
Logo: Lucro (L) = Preço de Venda (V) – Preço de Custo (C).

Lucro sobre o valor de compra (Pc)

Pc = (C - V) / C

Lucro sobre o valor de venda (Pv)

Pv = (C - V) / V

Exemplo:
1. (CÂMARA DE SÃO PAULO/SP – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – FCC)
O preço de venda de um produto, descontado um imposto de 16% que incide sobre esse mesmo preço, supera o preço de compra em 40%, os quais constituem o lucro líquido do vendedor. Em quantos por cento, aproximadamente, o preço de venda é superior ao de compra?
(A) 67%.
(B) 61%.
(C) 65%.
(D) 63%.
(E) 69%.

Resolução:

Preço de venda: V
Preço de compra: C
V – 0,16V = 1,4C
0,84V = 1,4C

V/C = 1,4/0,84 = 1,67

O preço de venda é 67% superior ao preço de compra.

Resposta: A

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

CONTROLE, AUDITORIA E GOVERNANÇA

CONTROLE INTERNO; PRINCÍPIOS; ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO; MODELO COSO; AVALIAÇÃO DE CONTROLES INTERNOS

Fundamentos do controle interno e sua finalidade na gestão

- **Conceito e natureza do controle interno**

O controle interno corresponde ao conjunto de normas, rotinas, mecanismos e procedimentos estabelecidos por uma organização com o propósito de assegurar, de forma razoável, que os objetivos institucionais sejam alcançados. Diferentemente de uma verificação pontual ou de uma checagem isolada, o controle interno é concebido como um processo contínuo, integrado à própria operação da entidade, e não como uma atividade acessória ou posterior aos atos de gestão. Ele permeia todos os níveis hierárquicos, da alta administração às unidades operacionais, e se manifesta tanto em rotinas formais — como manuais de procedimentos, alçadas de aprovação e sistemas informatizados de registro — quanto em práticas comportamentais, como a postura ética dos gestores e o compromisso declarado com a integridade. A razoabilidade da garantia oferecida pelo controle interno decorre do reconhecimento de que nenhum sistema de controle é capaz de eliminar por completo a possibilidade de erro, fraude ou conluio; busca-se reduzir esses riscos a um patamar aceitável, compatível com a relação entre custo e benefício de cada mecanismo adotado.

Objetivos centrais do controle interno

Três grandes objetivos costumam orientar a concepção de qualquer sistema de controle interno. O primeiro refere-se à eficácia e à eficiência das operações, ou seja, à garantia de que os recursos disponíveis sejam utilizados de maneira produtiva, sem desperdícios, retrabalho ou desvio de finalidade. O segundo objetivo diz respeito à confiabilidade das informações produzidas, tanto financeiras quanto operacionais, de modo que relatórios gerenciais, demonstrações contábeis e indicadores de desempenho reflitam com fidedignidade a realidade da entidade. O terceiro objetivo envolve a conformidade com leis, regulamentos, normas internas e políticas institucionais aplicáveis, evitando que a organização incorra em sanções, responsabilização de seus agentes ou prejuízos decorrentes de descumprimento normativo. Esses três objetivos não operam de forma isolada: uma falha na confiabilidade da informação tende a comprometer também a eficiência operacional, pois decisões gerenciais passam a ser tomadas com base em dados distorcidos, o que demonstra a interdependência entre as dimensões do controle.

- **Controle interno no âmbito privado e no âmbito público**

Embora o conceito de controle interno tenha se desenvolvido inicialmente no contexto da administração de empresas privadas, sua aplicação ao setor público apresenta particularidades relevantes. Na administração pública, o controle interno não é apenas uma escolha gerencial da organização, mas frequentemente uma exigência normativa, estruturada em sistemas próprios que acompanham a execução orçamentária, financeira, patrimonial e operacional dos órgãos e entidades. Esses sistemas de controle interno público costumam ter como atribuições a avaliação do cumprimento de metas previstas no planejamento governamental, a comprovação da legalidade dos atos de gestão e a avaliação dos resultados quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, além do apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional. Essa dimensão pública do controle interno reforça o seu papel como instrumento de responsabilização e de transparência perante a sociedade, e não apenas como ferramenta de gestão voltada para a eficiência operacional.

Relação entre controle interno e controle externo

O controle interno distingue-se do controle externo essencialmente pelo agente que o exerce e pelo momento em que atua. O controle interno é exercido pela própria estrutura administrativa da entidade, em caráter permanente e, em regra, de forma prévia, concomitante e posterior aos atos de gestão, o que lhe confere capacidade de atuação preventiva e corretiva quase imediata. O controle externo, por sua vez, é exercido por um órgão distinto daquele que pratica os atos fiscalizados, normalmente com atuação posterior e de natureza mais ampla, abrangendo a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial de toda a estrutura controlada. Essa distinção não significa, contudo, que os dois sistemas operem de maneira desarticulada: o controle interno fornece subsídios informacionais e documentais que permitem ao controle externo exercer sua função fiscalizadora com maior profundidade e menor custo operacional, de modo que a fragilidade de um sistema tende a sobrecarregar o outro.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Para organizar essas diferenças de forma comparativa, a tabela apresentada abaixo contrapõe os principais critérios que distinguem o controle interno do controle externo.

Critério	Controle interno	Controle externo
Agente responsável	Estrutura própria da entidade gestora	Órgão distinto da entidade fiscalizada
Momento de atuação	Prévio, concomitante e posterior	Predominantemente posterior
Abrangência típica	Rotinas e processos internos específicos	Conjunto amplo da gestão orçamentária e patrimonial
Natureza da atuação	Preventiva e corretiva contínua	Fiscalizadora e, por vezes, sancionadora

A leitura da tabela evidencia que os dois sistemas de controle não competem entre si, mas se complementam ao longo do ciclo de gestão. Enquanto o controle interno atua como uma camada constante de verificação, capaz de identificar desvios ainda em estágio inicial, o controle externo desempenha um papel de validação e de aprofundamento investigativo, sobretudo quando os mecanismos internos se mostram insuficientes ou quando há indícios de irregularidades que extrapolam a capacidade de correção da própria estrutura gestora. Essa complementaridade reforça a importância de que o controle interno seja estruturado com independência funcional suficiente para relatar, sem filtros indevidos, as fragilidades identificadas, ainda que isso implique expor falhas da própria administração à qual está vinculado.

Princípios que orientam o controle interno

▸ Princípios gerais de governança aplicados ao controle interno

O funcionamento adequado de qualquer sistema de controle interno depende da observância de princípios que transcendem a simples existência formal de normas e procedimentos. Entre esses princípios, destaca-se a segregação de funções, segundo a qual atividades incompatíveis entre si — como autorizar, executar, registrar e fiscalizar uma mesma operação — não devem concentrar-se em uma única pessoa ou unidade. A separação dessas funções reduz significativamente o risco de erros não detectados e de fraudes, uma vez que cada etapa do processo passa a ser verificada por um agente distinto daquele que a executou. Outro princípio relevante é o da supervisão, que estabelece a necessidade de acompanhamento contínuo das atividades por parte de superiores hierárquicos, de modo a identificar desvios de conduta ou de desempenho antes que se tornem significativos. A isso se soma o princípio da documentação adequada, segundo o qual todo ato relevante de gestão deve deixar rastro verificável, permitindo a reconstituição do processo decisório a qualquer momento.

Segregação de funções e seus desdobramentos práticos

A segregação de funções não se limita à separação entre quem autoriza e quem executa um gasto; ela se estende também à separação entre a custódia física de ativos e o respectivo registro contábil, evitando que a mesma pessoa que tem acesso a um bem seja também responsável por lançar sua movimentação nos registros oficiais. Quando essa separação não é possível em razão do porte reduzido de uma unidade administrativa, recomenda-se a adoção de controles compensatórios, como a revisão periódica por terceiros independentes ou a rotação de responsáveis por determinadas tarefas, de modo a mitigar o risco residual decorrente da concentração de funções.

▸ Princípios específicos de responsabilização e transparência

Além dos princípios de natureza operacional, o controle interno apoia-se em princípios de caráter mais amplo, voltados à responsabilização dos agentes e à transparência da gestão perante os interessados. O princípio da responsabilização estabelece que todo agente público ou privado investido de poder decisório deve responder pelos resultados de suas escolhas, o que pressupõe a existência de mecanismos capazes de identificar, com precisão, a autoria de cada ato relevante. O princípio da transparência, por sua vez, exige que as informações produzidas pelos sistemas de controle sejam acessíveis e compreensíveis aos interessados, incluindo órgãos de controle externo, conselhos de administração e, no caso do setor público, a própria sociedade.

Outros princípios relevantes

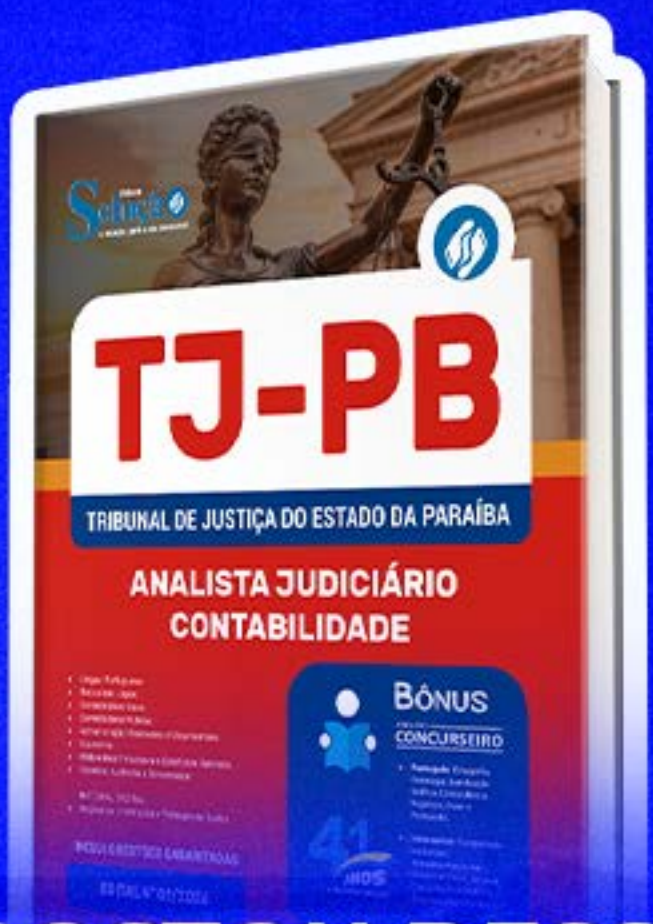
Complementam esse conjunto o princípio da economicidade, que orienta a busca pelo menor custo possível na obtenção de um resultado equivalente, e o princípio da relação custo-benefício aplicado ao próprio desenho dos controles, segundo o qual nenhum mecanismo de controle deve ser implementado se o custo de sua manutenção superar o benefício esperado em termos de redução de risco. Para sistematizar esses princípios e sua função primária dentro do sistema de controle, enumeram-se os principais itens observados na prática de estruturação de controles internos.

- Segregação de funções entre autorização, execução, registro e fiscalização.
- Supervisão contínua das atividades por níveis hierárquicos superiores.
- Documentação adequada e rastreabilidade de todos os atos relevantes.
- Responsabilização individualizada dos agentes por seus atos de gestão.
- Transparência e acessibilidade das informações produzidas pelo controle.
- Observância da relação custo-benefício na implementação de cada mecanismo.

A observância conjunta desses princípios não garante, isoladamente, a ausência de falhas, mas estabelece as condições estruturais mínimas para que um sistema de controle interno seja capaz de cumprir sua função preventiva e corretiva. A ausência de qualquer um desses elementos tende a comprometer a confiabilidade do sistema como um todo, ainda que os demais princípios estejam adequadamente observados, pois a fragilidade em um ponto específico costuma ser explorada como via de burla do controle.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Editora Solução
a solução para o seu concurso!



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!